

COMUNICANDO A “PACIFICAÇÃO” E A VIOLÊNCIA

DANIEL DO NASCIMENTO E SILVA*

RESUMO

Este artigo indaga um aspecto ainda não problematizado no debate sobre o recente processo de “pacificação” de favelas no Rio de Janeiro: as ideologias sobre “comunicação”. O trabalho visa delinear como racionalizações sobre “comunicação” acompanham imaginações sobre violência, sujeitos policiados e sua viabilidade política. Minha hipótese é que racionalizações leigas sobre o funcionamento da linguagem participam da construção de regimes de verdade sobre policiamento em periferias, da demarcação de públicos e da produção de hierarquizações sociolinguísticas, nas quais grupos são posicionados como essencialmente destinados à proteção e à viabilidade e outros como vocacionados para a marginalidade e o crime.

PALAVRAS-CHAVE: ideologias linguísticas, policiamento, “pacificação”, “comunicação”, metapragmática.

1. INTRODUÇÃO

O relato abaixo foi extraído da transcrição de uma interação que participei em novembro de 2012 na Arena Dicró, um espaço cultural situado na Penha, zona norte do Rio de Janeiro.¹ Vale notar que a Penha localiza-se ao lado do Complexo do Alemão, um conjunto de doze favelas que haviase tornado, dois anos antes, um emblema da política de “pacificação” de territórios no Rio de Janeiro. Na Arena Dicró, o jovem Mateus, de 16 anos, contou a mim e ao grupo ali reunido pelo professor Veríssimo Jr. como fora abordado por policiais no já “pacificado” Complexo do Alemão:

* Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil. Professor adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, RJ, Brasil e professor participante do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PI-PGLA/UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: dnsfortal@gmail.com

EXCERTO 1

Eu queria falar uma coisa. Domingo agora eu tava na loja onde eu trabalho, numa doceria, tava conversando com o meu patrão, começaram a dar tiros, todo mundo correu pra loja, passaram um grupo de policiais e pararam na esquina. Aí meu patrão começou a brincar com o pessoal da loja e eu comecei a rir. Nisso o último da fila me viu rindo e já veio com o fuzil apontado pra minha cara, em minha direção, me xingando, gritando alto, me perguntando por que eu tava rindo. Nisso eu já tava cercado, com o fuzil na minha cara. Se não fosse o meu patrão para intervir, eu já tava sendo espancado, já tava sendo levado pra um beco e morto. E assim, depois que o pessoal viram, no outro dia já estavam contando “ah, isso já aconteceu comigo, outro dia eu tava soltando pipa, eu tava furando uma luz pra botar no terraço e me deram uma dura”. Então, assim, eles vêm com muita agressividade. O modo deles verem é diferente. Não passam pra eles: “olha, você tá indo pra um local que é assim, você tem que ter paciência, tem que conversar e ter aquele diálogo com as pessoas” Não tem. Sem conversa, sem nada.

“Sem conversa” e “com o fuzil apontado pra minha cara” são duas disposições – a primeira linguística e a segunda não linguística – que o jovem Mateus atribui à abordagem que sofreu de policiais que integram as recentes Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Criadas em 2008, as UPPs são práticas de policiamento de proximidade, desenvolvidas em favelas que integram o “cinturão de segurança” em torno de espaços do Rio de Janeiro destinados a megaeventos internacionais, como a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos de Verão (2016). As articulações entre policiamento de espaços periféricos e empreendimentos imobiliários e econômicos já vêm sendo apontadas por residentes e ativistas locais, pela literatura especializada (NERI, 2011; MALAGUTI, 2012; BARREIRA, 2013; BOTELHO, 2013) e por outros segmentos da sociedade (REIS, 2012). A expressão “cinturão de segurança”, por exemplo, foi utilizada pelo jornal *O Globo* na reportagem “Ocupação da Mangueira fecha cinturão em torno do Maracanã; Maré é desafio”, que textualmente associa a estratégia de “pacificação” de favelas à rota dos megaeventos de 2014 e 2016 e aponta “pontos vulneráveis”, como o Complexo da Maré (GONDIM et al., 2011).

A fala de Mateus, no entanto, toca em outra articulação, uma que ainda não foi problematizada pela produção acadêmica sobre “pacificação” no Rio de Janeiro. Refiro-me às conexões que o morador faz entre formas de policiamento e formas de falar e de falar sobre o falar, ou ideologias linguísticas, i.e., “quaisquer conjuntos de crenças sobre a linguagem articuladas pelos usuários como racionalização ou justificação de estrutura e uso linguístico percebidos.” (SILVERSTEIN, 1979, p. 193).

Basicamente, Mateus delinea uma cena de interlocução – aquilo que Goffman teria chamado de “enquadre de participação” – que depois é acoplada por ele a cenas similares. Após o tiroteio, algumas pessoas se abrigam na doceria em que Mateus trabalha. Brincadeiras emergem no interior do grupo que ali se forma, e Mateus ri. Ele é repreendido com uma “dura”, acompanhada de uma demonstração de uso da força. Esse evento “circunscrito”, em que moradores são submetidos a um certo tipo de interação hierárquica e violenta, é então transformado por Mateus em um *token* (ou ocorrência) de um *type* (ou tipo) mais amplo de abordagem (linguística) da polícia em outros espaços “pacificados”. Outras pessoas, fazendo coisas diferentes de Mateus, foram submetidas a “duras” semelhantes.

Mateus delinea, assim, uma ideologia linguística que não se aprende nos cursos de semântica e pragmática: em vez de buscar, na interação linguística com o Outro, aquilo que de Rousseau a Saussure, de Kant a Grice se entendeu por “cooperação”, os policiais se dirigem a esse Outro rompendo o laço, ignorando aquilo que Stephen Levinson (2000) entenderia como a razoabilidade de “interpretações comuns” alcançadas a partir da observação de evidências linguísticas e de seu cálculo com base em princípios cooperativos mais amplos, localmente inscritos em estruturas da interação ou universalmente codificados na estrutura das línguas; ao contrário, os policiais chegam “sem conversa, sem nada”.

Se eu precisasse resumir essa ideologia linguística em um verso, certamente evocaria Paulo Lins, em *Cidade de Deus*: “falha a fala, fala a bala” (2002, p. 21). A ideologia linguística em que os policiais parecem basear sua ação é, no limite, uma ideologia antilinguística: o debate linguístico-antropológico sobre a violência é relativamente

consensual quanto ao fato de que a violência tende a destruir o objeto a que se dirige – inclusive a linguagem² Essa disposição enunciativa indica que, a despeito de nossa inserção num Estado Democrático de Direito, a polícia escuta a fala dos/as moradores/as de periferias nos termos de uma lógica conversacional pautada na força, no regime de exceção e, por implicação, na destruição mesma da possibilidade de interlocução (cooperativa).

Mas Mateus aponta que poderia ser de outro modo: “O modo deles verem é diferente. Não passam pra eles: ‘olha, você tá indo pra um local que é assim, você tem que ter paciência, tem que conversar e ter aquele diálogo com as pessoas’”. O jovem morador tenta traçar os contornos de um regime metalinguístico alternativo, muito mais próximo da ideologia linguística kantiana que nos chega pela reinterpretação de autores como Grice e Levinson: um modo de falar cooperativo em que os/as interlocutores/as realizam inferências comuns, que permitem a convivência entre diferentes. Aliás, a ideologia linguística delineada por Mateus é mais antropologicamente sofisticada que a metapragmática kantiana, no sentido de que aquela reconhece a *diferença* como marca constitutiva da interação morador-policial – rir após um tiroteio, soltar pipa em espaço urbano, colocar luz num terraço ou laje são atos construídos como próprios da diferença que constitui, por contradistinção, o “núcleo seguro” da cidade do Rio de Janeiro e de outras metrópoles do país, i.e., as zonas embranquecidas, onde o policiamento ostensivo se dá de outra forma.

A correlação que Mateus fez entre abordagem policial e regime metapragmático de fala orientará minha hipótese de trabalho: a de que, nas recentes experiências de policiamento de territórios subalternizados no Rio de Janeiro, racionalizações sobre “comunicação” acompanham imaginações sobre sujeitos policiados e sua viabilidade social e política. Polícia, Estado e mídia corporativa, guardadas suas devidas diferenças, ao legitimarem medidas violentas em territórios “pacificados” – muitas das quais não chegam a ser acusadas como “violência” –, baseiam-se, frequentemente, em ideologias do que deve ser a “comunicação” com (e entre) os sujeitos policiados, bem como da própria natureza e pragmática da “comunicação”. Essas ideologias participam da produção de diferenciações e hierarquizações linguísticas e sociais e, como indica a atividade reflexiva de Mateus, são contestáveis.

Antes de entreter essa hipótese na sequência deste artigo, gostaria de especificar os princípios metodológicos que têm norteados minha pesquisa. Situando-me numa perspectiva pragmática da significação³, tenho buscado compreender a ação das palavras a partir do seu movimento. Esta foi, afinal, a genial visada na forma como Derrida leu o performativo austiniano: para o filósofo franco-argelino, o performativo opera, realiza, faz porque *cita* condições históricas e rituais e *incita* um futuro a princípio fora de controle (BUTLER, 1997). Nesse sentido, o princípio metodológico do projeto anteriormente mencionado é o de que o estudo de enunciados sobre a violência e a “pacificação” não pode prescindir do movimento dos textos e dos próprios sujeitos que pesquisam. Temos assim realizado entrevistas com moradores e ativistas, participado de eventos sobre participação social e direitos humanos dentro e fora do Complexo do Alemão, conversado com jornalistas, técnicos de políticas públicas, agentes de segurança, ativistas de direitos humanos e outros pesquisadores, de forma a continuamente re-situar textos sobre violência e “pacificação” nos termos do que Inês Signorini (2002, p. 122) chamou de “análise etnográfica contextual”. Trata-se, segundo Signorini, de uma abordagem do artefato interacional (i.e., o texto) não como objeto reificado, mas sim como etapa de um processo contínuo de re-contextualização. Os excertos do material escrito e oral que analiso a seguir são analisados segundo essa inspiração interacional e etnográfica.

Na próxima seção, entreterei essa hipótese de que, no Rio de Janeiro, policiamento e ideologias sobre comunicação andam de mãos dadas, a partir de uma leitura de formas como a mídia corporativa tem tratado a correlação entre policiamento e fala (sobre a fala), mas não o farei sem antes explicitar o que entendo por violência.

2. COMUNICANDO A “PACIFICAÇÃO”

Tenho investigado o problema da violência – mais precisamente, as relações dessa experiência com a significação – já há quase uma década (SILVA, 2005, 2010, 2012, 2014; SILVA; ALENCAR, 2013). Fenômeno destrutivo e desarticulador por natureza, a violência, no entanto, “não é uma coisa em si ou uma ontologia” (TADDEI, no

prelo, p.32). Parte da nossa condição como humanos – assim como o seu oposto, a não violência –, a violência é um fenômeno reativo, mais especificamente um tipo de *acusação* e *causação* (FREUD, 1930; NANCY, 2005; MISSE, 2008; GALDEANO, 2009; TADDEI, no prelo). Como *acusação*, a violência é percebida como tal a partir de processos de legitimação social. Um assassinato em legítima defesa, por exemplo, não é percebido como violência. A legitimação social, no caso, torna esse tipo de agressão invisível. Mas, ao contrário, “quando tornada visível, ou mais exatamente, quando enunciável, a violência carrega em si a acusação da ilegitimidade” (TADDEI, no prelo, p. 32). Como *causação*, a violência pode ser entendida como aquela experiência que, apesar de tender a destruir o objeto a que se dirige, tem um efeito causador. Na literatura, a violência aparece como a causação de diversas instâncias de nossa relação com a vida social, como a própria cultura (FREUD, 1930), a constituição da subjetividade (BUTLER, 1997), a invenção e o desdobrar temporal de certas tradições (ASAD, 2008) e a construção de alguns tipos de narrativas (BRIGGS, 2007a).

Na medida em que a violência não é um objeto em si mesmo, interesse-me aqui pela participação de racionalizações sobre “comunicação”, língua, linguagem e narrativa – i.e., ideologias linguísticas (SILVERSTEIN, 1979) – em iniciativas públicas de contenção da violência urbana e no modo como usuários/as da língua falam sobre episódios violentos. De modo mais simples e específico, minha proposta aqui é procurar entender como ideologias linguísticas se imbricam com experiências de “pacificação” de territórios no Rio de Janeiro.

Como Foucault (1985) apontou em sua *História da Sexualidade*, a emergência do sexo como categoria regulatória, no século XVII, não se deu sem a formulação de discursos sobre o sexo e, o mais importante, sem discursos sobre esses discursos. Ou seja, essa categoria normativa se constituiu no interior de um regime de circulação de discursos e metadiscursos. Entendo a emergência da “pacificação” de favelas no Rio de Janeiro em termos semelhantes: essa estratégia de policiamento de territórios depende da elaboração de discursos sobre sua viabilidade e de metadiscursos sobre as construções discursivas envolvidas, nos quais projeções sobre a humanidade e a “comunicação” entre e com sujeitos policiados ocupam lugar central. Como aponta Charles Briggs (2011, p.

224), construções culturais sobre discurso, linguagem e “comunicação” são também projeções “da produção, circulação e recepção de formas culturais, [as quais] penetram no modo como habitamos mundos culturais particulares”. Essas projeções são performativas, no sentido que Austin (1962) atribui ao termo, isto é, elas ajudam a “criar” socialmente os objetos aos quais se referem: adesão, participação, público, afeto.

Apesar de racionalizações sobre “comunicação” se interconectarem frequentemente a discussões sobre policiamento e violência no contexto das UPP, elas ainda não têm sido indagadas no debate acadêmico sobre “pacificação” de favelas.⁴ Para elaborar o problema, vejamos os dois excertos abaixo, extraídos de notícias no jornal *O Globo* sobre “pacificação” de favelas.

EXCERTO 2

Proibição de pagode provoca polêmica na Rocinha Pacificada

No primeiro dia após a inauguração da UPP da Rocinha, uma polêmica em torno de um evento popular veio à baila na comunidade na sexta-feira. Os bailes funk da Rua 1 continuam acontecendo, mas o Pagode do Badalo, que era realizado todos os domingos na parte baixa da favela, está proibido. Segundo o comando da UPP, a medida foi tomada depois que moradores fizeram uma abaixo-assinado, com cerca de cinco mil nomes, reclamando do barulho e das confusões que ocorriam no local.

Um dos organizadores do pagode, o vice-presidente da Associação de Moradores e Amigos do Bairro Barcelos, Carlos Eduardo da Silva Barbosa, disse ter sido informado pelo comandante da UPP, major Edson Santos, de que o motivo da proibição foram denúncias, uma delas do Ministério Público, sobre a presença de traficantes no local. Segundo Carlos, no entanto, trata-se de um pagode familiar. [...] (COSTA; GOULART, 2012)

EXCERTO 3

PMs de UPPs vão dar palestras sobre experiência em mediação de conflitos em favelas

O Rio recebe nesta terça-feira o Fórum Internacional Global Mediation Rio, considerado o maior evento sobre mediação de conflitos da América do Sul. Neste primeiro dia de atividade, [...] policiais de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) irão relatar para especialistas em segurança pública de todo o mundo a metodologia adotada no estado para a mediação de conflitos em comunidades cariocas.

No total, 61 agentes fizeram cursos no Tribunal de Justiça e no Ministério Público do Rio. Em parceria com o TJ, os militares já realizaram 450 mediações de conflitos, que foram ratificadas pelo MP, sem custo processual e sem a necessidade de advogados.

Segundo o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, com o passar do tempo a polícia percebeu a necessidade de criar laços mais afetivos com os moradores de favelas com UPPs e, por isso, passaram a usar o mecanismo da mediação:

— Obviamente, não é especialidade da Polícia Militar. Mas um convênio com o Tribunal de Justiça proporcionou isso a alguns policiais para que eles fossem até as comunidades e pudessem resolver problemas considerados judicialmente de pequeno porte, mas que poderiam se tornar uma bola de neve. E o policial passou a se apresentar nessa situação. Com a capacitação que teve no tribunal, o militar chega e consegue fazer com que as duas partes cheguem a um consenso.

Para entender como funciona o trabalho dos mediadores, uma equipe do GLOBO acompanhou a última de seis reuniões realizadas no Batan, na Zona Oeste do Rio, para resolver um problema que já durava cinco anos. Pai e filha se desentenderam por causa de uma obra, e ela acabou proibindo o avô de ter contato com o neto.

— Eu e meu pai nos enfiamos numa briga que, por sorte, não ocasionou uma tragédia. Ele quis vender o terceiro andar da nossa casa e eu não concordei. Procurei a UPP para me ajudar, pois não falava com ele há cinco anos — disse Milene Rocha Duarte, de 32 anos.

Os policiais Geiseane Farias da Silva, de 31 anos, e Mauro Alex Silva Coelho, de 36, contam como solucionaram o problema:

— Ela nos procurou e constatamos que não havia nenhuma forma de diálogo entre os dois. A gente nunca toma partido. O objetivo é mostrar que os dois têm razão, então a solução precisa ser boa para os dois. Mas o principal é mostrar que podemos apontar uma solu-

ção, estimular e acompanhar o diálogo para que eles encontrem uma saída, pois não estaremos com eles a vida toda — disse a policial. [...] (LO-BIANCO, 2014)

Ambos os excertos tematizam eventos da vida cotidiana em favelas após a implementação de Unidades de Polícia Pacificadora. O debate especializado evita se referir às UPP como “política pública” (RODRIGUES; SIQUEIRA, 2012, p.13), preferindo entendê-las como conjunto de práticas e experiências de policiamento de favelas no Rio de Janeiro. Parte de operações táticas transnacionais de controle militar armado, essa estratégia de “pacificação” de territórios periféricos foi iniciada no Rio de Janeiro em 2008, quando a primeira UPP foi implantada no morro Santa Marta, uma favela situada na afluyente zona sul do Rio e posicionada geograficamente entre a Prefeitura Municipal e a sede do Governo do Estado. O princípio básico das estratégias de “pacificação” é evitar as tradicionais incursões esporádicas e letais em favelas e promover um policiamento permanente (RIO DE JANEIRO, 2009). Baseadas de um modo um tanto difuso em noções como policiamento comunitário e policiamento de proximidade (MESQUITA NETO, 2011), as UPP visam enfrentar o comércio varejista de drogas pela via do desarmamento dos agentes desse comércio, não da extinção do comércio varejista em si. Note que o EXCERTO 2 tematiza uma das primeiras medidas tomadas pela UPP da Rocinha: a proibição de um baile de pagode motivada por “denúncias, uma delas do Ministério Público, sobre a presença de traficantes no local”. Assim, além de policiamento (militar) em sentido estrito – i.e., manutenção da ordem e proteção das instituições do Estado por meio de presença ostensiva –, a medida disciplinar é pautada numa ideologia particular sobre a significação, no caso a de que ritmos como o funk e o pagode mantêm uma relação indexical com o crime. Lembremos que Peirce definiu o ícone como aquele signo que significa a partir de uma relação de contiguidade ou copresença com o objeto “representado”. Nos termos da notícia, não apenas o barulho motivou a proibição do Pagode do Badalo, mas também a “presença de traficantes no local”. Ou seja, além de policiamento em sentido estrito, ideologia linguística também está em jogo no EXCERTO 2.

Os comentários à notícia no site do jornal também são instrutivos. Um usuário que assinou como Drinhos do Rio escreveu o seguinte:

O funk deveria ser proibido no país. Isso não é música, e sim um barulho sem sentido. Esse tipo de barulho é para reunir toda a bandidagem em volta. O comandante da UPP está certíssimo, levando em consideração que foi um pedido de 5 mil pessoas da comunidade (Drinhos do Rio, 22/09/12, 15:49)

E um usuário autoidentificado como Elber:

Tá certo, se é para proibir as drogas que sejam todas as drogas (Elber, 22/09/12, 16:55)

O leitor Drinhos do Rio sintomaticamente se refere ao ritmo em questão como “funk” e não como pagode. Ele mobiliza uma ideologia sobre a própria natureza do ritmo musical, posicionado como algo que “comunica” sons sem sentido. E esse barulho glossolálico, para o leitor, tem uma função específica, a de “reunir toda a bandidagem em volta”. Tanto ele quanto o leitor Elber imaginam ainda o tipo de regime metapragmático a que pagode (e funk) devem ser submetidos: o regime da proibição autoritária típico de certos setores da sociedade brasileira. E nos termos da metáfora de Elber: a linguagem (musical) dos/as moradores/as de favela é tão ilegal quanto as substâncias que lá são vendidas.

O Excerto 3 descreve a performance da polícia a partir da projeção de outras ideologias sobre a “comunicação”, no caso a noção de que policiais de UPP podem ser agentes metapragmáticos na mediação de conflitos entre moradores/as. Na fala de Beltrame entextualizada na notícia, o secretário reconhece que essa função metadiscursiva não é especialidade da PM, mas que, a partir de “uma capacitação [...] no tribunal”, o/a policial pode atuar metapragmaticamente com o intuito de fazer “que as duas partes cheguem a um consenso”. Aparentemente, aqui policiais estariam sendo levados/as a agir conforme uma ideologia linguística democrática, pautada no diálogo e não na força e na suspensão de direitos como solução de problemas. Mas não se pode perder de vista a pergunta fundamental de Vera Malaguti (2012): por que o Estado brasileiro, e o Rio de Janeiro em particular, transferiu o gerenciamento

do bem-estar nas periferias para a polícia? Assim, nos termos da notícia parcialmente reproduzida no EXCERTO 3, a ação democrática do Estado na mediação de conflitos é contraditoriamente implementada por uma instituição militar.

No conflito específico descrito no Excerto 3, o “desentendimento” entre pai e filha quase gerou uma “tragédia”. Em linha com o que apontei no início desta seção, a violência em questão coincide com a desarticulação e a iminência da destruição, em especial a destruição da interação verbal: “não falava com [meu pai] há cinco anos”, disse a moradora do Batan, Milene Rocha Duarte, ao jornalista Alessandro Lo-Bianco. E ainda: “constatamos que não havia nenhuma forma de diálogo entre os dois”, conta a policial Geiseane Farias da Silva. Os policiais emergem nesse relato como aqueles que põem um fim à violência como destruição da significação ao “estimular e acompanhar o diálogo para que eles encontrem uma saída”. Deixando por ora em suspenso a indagação premente de Malaguti (2012), o Excerto 3, ao tematizar policiamento e violência, o faz também por meio da articulação de racionalizações sobre linguagem e “comunicação”. Como tentei indicar neste breve comentário de dois excertos que tematizam violência e (in)segurança no contexto das UPP, ideias sobre violência e seu território político são muitas vezes acompanhadas de racionalizações sobre “comunicação”. Agindo como uma espécie de “cimento social” (BLOMMAERT, 2006, p.510), essas racionalizações são ideologias linguísticas e, como qualquer outra ideologia, são gestadas em contextos culturais particulares e repletas dos interesses morais e políticos dos grupos que as gestam.

Como aponta Charles Briggs (2007b), ideologias linguísticas têm um alto poder infeccioso. Como vírus, racionalizações sobre linguagem e “comunicação” se disseminam por arenas discursivas variadas e, a depender da capilaridade de mecanismos de replicação e transmissão de mensagens como a Internet ou a mídia corporativa, criam rápida adesão a formas particulares de conceber o discurso. A seguir, elaboro mais sobre a imbricação de ideologias linguísticas e regimes de significação e, a partir de racionalizações particulares sobre a linguagem na autobiografia do secretário de segurança pública José Mariano Beltrame e em discursos envolventes, exploro a forma

particular de Charles Briggs conceber o movimento das ideologias linguísticas – o que ele captura com o conceito de “comunicabilidade”.

3. IDEOLOGIA LINGUÍSTICA E POLICIAMENTO

Ao elaborar uma historiografia do recente porém estabelecido paradigma das ideologias linguísticas, Kathryn Woolard (1998, p. 3) afirmou que ideologias linguísticas medeiam estrutura social e práticas linguísticas⁵. Minha proposta é justamente entender essa “mediação” tendo em vista os dois polos a serem correlacionados: os processos sociais de diferenciação e guetificação de minorias (a estrutura social) e os regimes discursivos que questionam e complexificam ou legitimam e essencializam esses processos (as práticas linguísticas).

Tratar de ideologias linguísticas implica trazer para a cena dos estudos da linguagem um elemento excluído por Saussure e pelos que ajudaram a construir seu legado, a saber, a reflexividade dos/as falantes. Saussure argumentou em suas aulas de linguística geral, ministradas em Genebra entre 1907 e 1911, que a *parole* era assistemática e assim não poderia ser objeto de atenção científica. Nos Estados Unidos da América, tanto o contemporâneo de Saussure, Franz Boas, quanto o posterior leitor de seu *Curso de Linguística Geral*, Leonard Bloomfield, argumentariam que as “explicações secundárias” (BOAS, 1911, p. 71) ou as “respostas terciárias” (BLOOMFIELD, 1944, p. 49) deveriam ser excluídas da análise linguística, uma vez que esses comentários metalinguísticos e metadiscursivos dos/as falantes revelavam visões distorcidas do objeto “língua” que o/a analista teria como tarefa descrever. Mas acontece que, como Benjamin Whorf, aluno de Boas, iria argumentar, noções científicas sobre línguas – por exemplo, a de que a principal função das línguas é referir-se a uma realidade “lá fora” – são parcialmente motivadas por “padrões habituais de pensamento” ou pela “lógica natural” dos/as falantes. A forma gramatical, para Whorf, não podia ser “autônoma”, pois “respondia a modelos coletivos que organizavam o comportamento social e cultural, incluindo o comportamento linguístico” (BLOOMMAERT, 2014, p. 69). Por exemplo, modelos sociais de correção e adequação social afetam a própria forma gramatical: atividades linguísticas

como a seleção entre os pronomes “tu” ou “o senhor/ a senhora”, a escolha adequada de registro, a fórmula performativa para realizar uma transformação social (por exemplo, a fórmula “eu vos declaro marido e mulher”, que altera o estado social de dois seres no universo heterossexual cristão) etc. dependem de modelos sociais reflexivos “pressupostos” pelos contextos e retroativamente “criadores” desses mesmos contextos (SILVESTEIN, 2006). Estrutura e ideologia andam, então, de mãos dadas.

Ao trazer os processos reflexivos para o centro do debate do que seja usar a língua em contextos de violência e (in)segurança, sugiro que esses processos (ou ideologias) são um nível de análise importante para compreender a construção de regimes de verdade sobre policiamento e violência em territórios periféricos. A demarcação de públicos para os quais esses regimes são “comunicados” e a produção de diferenciações e hierarquizações linguísticas e sociais, nas quais certos grupos são posicionados como “essencialmente” destinados à proteção e à viabilidade e outros como “naturalmente” vocacionados para a marginalidade e o crime.

Narrativas de agentes da “pacificação” do Complexo do Alemão e de outros territórios do cinturão de segurança do Rio de Janeiro são bastante instrutivas a esse respeito. Mário Sérgio Duarte, então comandante da PM durante a ocupação militar do Alemão em 2010, e José Mariano Beltrame, secretário de segurança pública das duas gestões do então governador Sérgio Cabral (2007-2014) e do atual governo de Luiz Fernando Pezão, produziram contundentes relatos da estratégia de “pacificação” deste território – respectivamente Duarte (2012) e Beltrame (2014). Dedicarei minha análise das correlações entre ideologias linguísticas e policiamento ao segundo, embora o primeiro seja um importante pano de fundo (ao qual dediquei mais atenção em Silva et al., 2015).

Redigido pela técnica de *ghost writing* por Sérgio Garcia e Eliane Azevedo, *Todo dia é segunda-feira* é um relato “autobiográfico”, em primeira pessoa, de José Mariano Beltrame. Retomar o Complexo do Alemão é a tarefa que aparece de forma mais proeminente no livro. Desde o início, a reconfiguração do Rio de Janeiro como cidade global surge como preocupação para o secretário. Uma série de atentados

criminosos haviam atingido alvos na cidade no mês de novembro de 2010, o que levaria à antecipação da ocupação militar do Complexo do Alemão para aquele mês. As conotações transnacionais da empreitada ficam evidentes logo nos primeiros parágrafos:

O imponderável nos fez desaguar naquele fim de semana numa situação de tudo ou nada para o secretário de Segurança, para o governo do Rio, para a sociedade fluminense e, até pela proporção que tomou, para a afirmação do Brasil perante o mundo (BELTRAME, 2014, p. 15).

A ocupação militar como operação de guerra e a satisfação a setores de classe média preocupados com sua própria segurança atravessam a narrativa. No plano linguístico-ideológico, Beltrame formula uma pragmática da “comunicação” que consiste na averiguação de informações que chegam a ele de várias fontes e em sua capacidade de filtrá-las para então oferecê-las à sociedade de forma “transparente”. Reunido com mais dez agentes no planejamento da ocupação do Alemão, Beltrame inicialmente relata boatos que lhe chegavam quanto à iminência de novas incursões violentas na cidade. Do seguinte modo é entextualizada no livro a fala do assessor de comunicação da Secretaria de Segurança, o jornalista Dirceu Viana: “A boataria tá comendo solta no Leblon, de que a Rocinha vai descer. Calma, eu estou registrando o estresse da classe média. Ah, um repórter da Reuters tomou um tiro no ombro. Estava lá na Grota.” O próprio Beltrame narra que, na semana que antecedeu a ocupação, fora com sua esposa jantar no café da Livraria da Travessa, em Ipanema, e, ao sair, deparou-se com um bairro vazio:

Os boatos de que traficantes da Rocinha iriam fazer um grande arrastão na Zona Sul levaram a livraria e muitos restaurantes a encerrar o expediente bem antes do horário. Ali o desafio era de outra natureza. Não só a guerra do tiro, mas também a guerra da confiança precisava ser vencida. E ambas eram árduas (p. 27).

Note que a pragmática do tiro e a pragmática da “comunicação” (ou confiança) são alçadas pelo secretário de segurança a um patamar que coincide no ponto de ambas serem “guerras” árduas. Lidar com a

circulação de rumores parece ser tão difícil quanto aplacar a circulação do terror na semana que antecedeu a ocupação militar. E, de modo particular, a “guerra da confiança” na qual embarca Beltrame indicia a naturalização de dois fatores que, pelo menos em parte, parecem explicar a estética mais ostensiva (e portanto mais violenta) de policiamento em territórios periféricos (DUARTE, 2012, p.18). Esses dois fatores são a estruturação desigual e hierárquica da sociedade brasileira (um aspecto social) e os marcadores de diferença linguística e não linguística de sujeitos subalternizados (um aspecto semiótico). Conforme a definição de Woolard (1998) já apresentada, a conexão desses fatores é efetuada por ideologias linguísticas. O próprio Mário Sérgio Duarte elabora sobre essas conexões durante a reunião narrada por Beltrame. Quando o tópico da discussão migrou para as estratégias de que o Exército deveria dispor para distinguir traficantes disfarçados de policiais, o comandante-geral da PM formula:

Depois que a gente entrar e o pau cantar, vai de um camarada meter a roupa da PM ou sair com um colete da Polícia Civil com um fuzil nas costas. A gente tem que definir agora qual é a conduta, porque você pode abordar o cara. Olhou, não tem aquele aspecto de polícia – e às vezes tem policial que não tem aspecto de polícia tanto na minha corporação quanto na Civil – , o que o Exército vai fazer? A minha sugestão é que aborde (apud BELTRAME, 2014, p. 33).

Assim, para o comandante-geral, haveria signos que distinguiriam aqueles que têm e que não têm “aspecto de polícia”. Ao passo que, em minha incursão etnográfica, escutei de MC Calazans, no Complexo do Alemão, e de Kadão, no Santa Marta, que a diferença maior entre policiais de UPP e moradores de favelas é a farda – já que a procedência geográfica é a mesma para muitos deles –, Duarte parece insistir na naturalização de diferenças entre moradores e policiais. Essas diferenças indexam, por sua vez, a construção da fratura entre favela e asfalto – cujo epítome, eu diria, é a obra *Cidade Partida*, do jornalista Zuenir Ventura (1994). Apresentada de modo incontestado na “estratégia de transparência” (BELTRAME, 2014, p. 26) que o secretário de segurança reivindica para sua ação na ocupação do Alemão e, portanto, na segurança pública do Rio de Janeiro, essa

correlação naturalizada entre pertencimento racial e espaço geográfico, signo e sociedade é elevada à própria “verdade” do policiamento. A ocupação militar se justifica, assim, porque o Complexo do Alemão é naturalizado como a “central do crime no Rio”, casa dos “bandidos mais perigosos do Brasil” (BELTRAME, 2014, p. 17-26) e, portanto, precisaria de polícia. Os circuitos mais amplos do comércio de drogas, a política de desigualdade da sociedade brasileira, os interesses de mercado pela “informação” –, tudo isso parece assumir importância menor no relato de Beltrame.

Gostaria agora de problematizar essa pragmática da naturalização a partir de um dos agentes de sua construção – a saber, a mídia corporativa. Como afirmei anteriormente, o relato de Beltrame é todo atravessado pela satisfação à mídia corporativa e pela preocupação com a conquista não apenas do território, mas também de “uma audiência enorme” (p. 26). Sintomaticamente, é Miriam Leitão – jornalista com fortes inclinações ao debate econômico-liberal – que escreve o prefácio de *Todo dia é segunda-feira*. Leitão inicialmente louva o processo de “pacificação”, ao posicioná-lo *vis-à-vis* a conquista da liberdade de jornalistas para subirem nos morros: “[Antes da “pacificação”], era mais seguro destacar um correspondente para países em guerra que mandar um enviado especial às favelas do Rio” (LEITÃO, 2014, p. 6). Depois, a jornalista realiza um comentário linguístico-ideológico: “O livro de José Mariano Beltrame trata com palavras francas e linguagem direta das várias complexidades de um tema que tem sido muito debatido e pouco entendido no Brasil” (p. 8). A jornalista, assim, indica que Beltrame comunica, nos termos de uma ideologia linguística modernista (BAUMAN; BRIGGS, 2003), as complexidades da “pacificação”. John Locke (1975 [1689]) oferece um excelente resumo do sentido linguístico-ideológico moderno de comunicar: “Primeiro, Tornar conhecidos os pensamentos ou ideias de um Homem ao outro. Segundo, Fazê-lo com a maior facilidade e rapidez possível; e Terceiro, Portanto transportar [*to convey*] o Conhecimento das Coisas.” (§23). Leitão, assim, invoca a transparência das ideias (“palavras francas”) e uma pragmática linear (“linguagem direta”) como solução para um debate em que os sujeitos não (se) “comunicam” modernamente (“um tema

[...] muito debatido e pouco entendido”). Em termos lockeanos, esse pouco entendimento advém do *abuso* das palavras: “A linguagem é ou abusada ou deficiente quando ela falha em obter quaisquer desses três fins”, acrescenta Locke aos três princípios acima.

Ao propor o conceito de comunicabilidade, Charles Briggs joga com esse sentido moderno de comunicar e com o sentido biológico. Uma doença *comunicável* é aquela que se alastra com facilidade. A comunicabilidade é então um processo infeccioso – “o modo como os textos e as ideologias encontram suas audiências e as posicionam social e politicamente” (BRIGGS, 2007b, p. 556). Beltrame e Leitão demonstram atenção a esse caráter comunicável do discurso. O regime de verdade da “pacificação” é primeiro traduzido *sem abuso* nas palavras, para depois poder prosseguir *linearmente* na esfera pública. O secretário, por exemplo, relata que, na preparação da ocupação do Alemão – que foi amplamente coberta pela mídia, com jornalistas seguindo dentro de tanques, e realizada num domingo, quando boa parte da população teria acesso à televisão –, “mont[ou] uma grande sala [...] para reunir e organizar tudo o que chegava pelas mais diversas fontes: informantes, escutas, colaboradores” (p. 26). Os diversos interesses e vozes, os variados níveis e camadas da informação bem como os caminhos burocráticos e políticos sinuosos percorridos pelo secretário e sua equipe são adaptados à pragmática linear e moderna reivindicada por Leitão. Transparente e retilínea, a verdade da “pacificação” assim pode circular socialmente por múltiplas arenas sociais, demarcando fronteiras físicas e simbólicas, posicionando públicos e delineando viabilidades políticas.

No entanto, a construção de conexões naturalizadas entre espaço geográfico e formas de falar, policiamento e pertencimento sociolinguístico empreendidas pelas formações linguístico-ideológicas hierarquizantes reivindicadas pelo comandante-geral da PM e pela ideologia linguística modernista de Beltrame e Leitão não são incontestes. Comecei este texto com a contestação dessas ideologias por um jovem morador e o concluirei, a seguir, relatando uma incursão no campo que me apresentou um outro regime de circulação, verdade e afeto.

4. CONCLUSÃO: CIRCULANDO NAS RUAS DO ALEMÃO

No jargão policial, “circulando!” é uma expressão comumente empregada em espaços periféricos como ato de fala por meio do qual um policial ordena que um grupo de moradores/as reunidos/as na rua deixem o local. Pragmaticamente, “circulando” implica que o ócio e a consorciação em espaços públicos da favela não são bem-vindos pela polícia. Foucault, na série de conferências que ministrou em 1978, intituladas *Segurança, Território, População*, chega a afirmar que *circulação* é a razão de ser da polícia. Foucault (1978) estava interessado, na verdade, em traçar a genealogia de um novo sistema de governança da vida que emerge no fim do século XVI, o *Polizeistaat*, ou Estado de Polícia –, e que ele distingue da conceituação contemporânea de polícia (embora, como discutido a seguir, o Estado de Polícia pareça estar incrivelmente permanente no Complexo do Alemão).

No *Polizeistaat*, a polícia era concebida como uma instituição plástica que regulava a atividade das pessoas ao prevenir seu ócio. O policiamento era uma arte ou atividade plástica porque dava forma aos policiados, dando-lhes educação e ocupação e fazendo-os circular de acordo com as normas do Estado. E uma das principais preocupações dessa forma de policiamento, narra Foucault, é com a circulação. Por circulação Foucault refere-se não apenas ao espaço da circulação de mercadorias e pessoas, mas também “ao conjunto de regulações, restrições e limites, ou às facilidades e encorajamentos que irão permitir a circulação dos homens e das coisas no reino e possivelmente para além de suas fronteiras” (1978, p. 420). Ideologia linguística e policiamento já estavam conectados na própria gestação da instituição policial na medida em que, nos aponta Foucault, a polícia, ao regular a circulação, simultaneamente permitia a “comunicação”: “a coexistência e a comunicação dos homens uns com os outros é em última instância o domínio que deve ser coberto pelo *Polizeiwissenschaft* e pela instituição da polícia” (p. 420).

O atual jargão “circulando” parece iterar essa vocação pedagógica e linguístico-ideológica do “[bio]poder administrativo moderno” (p. 416) da polícia. No Complexo do Alemão, o controle da circulação de signos se mostra, por exemplo, na proibição de bailes funk desde a invasão militar em 2010. Como aponta Alan Brum Pinheiro, ativista da

comunidade, em comunicação pessoal, a liberação de bailes depende do humor do capitão em exercício. Todos os eventos na rua de que tenho participado no bairro, quer envolva funk, quer não, é acompanhado de forte vigilância policial. O jargão “circulando”, como signo iterável, está sujeito, porém, não só à repetição e à permanência, mas também à ruptura e à contestação. Ativistas do Complexo do Alemão com quem tenho dialogado, agregados pela ONG local Instituto Raízes em Movimento, têm afrontado a injunção desse modelo linguístico-ideológico da polícia (que controla a um só tempo a circulação de pessoas e de palavras) por meio de várias estratégias, e eu gostaria aqui de citar o evento “Circulando – Diálogo e Comunicação na Favela”. Contrariamente à injunção policial de que a consorciação em espaço público seja algo indesejável na favela, o Circulando propõe justamente a ressignificação da metapragmática policial. Em sua décima edição, realizada no dia 6 de dezembro de 2014 na Avenida Central, no Morro do Alemão, ativistas da ONG Raízes em Movimento convidavam as pessoas para participarem de atividades artísticas e culturais durante todo o dia, na rua. Eis um excerto do convite do evento na página da ONG no *Facebook*:

Imaginem uma rua inteira ocupada com expressões variadas de arte e cultura para serem apreciadas e apropriadas pelo público. São oficinas, graffiti, exibição de filmes, intervenções urbanas, muita música e por aí vai. Desta vez o projeto vem com duas performances de rua que vão movimentar, em alto nível, a integração com os presentes “circulantes”:

1. De novo teremos a participação da ORQUESTRA VOADORA puxando o bonde com um cortejo que vai arrastar o povo subida à cima pela Central, até chegarmos ao palco principal;
2. O Coletivo de Artistas Anônimos – Bonobando apresentará a performance teatral “Finge que nada tá acontecendo”, de própria autoria. Tudo no meio da rua, interagindo totalmente com o ambiente natural das coisas e do momento.

É PELA VIDA que o CIRCULANDO vai acontecer. Vem com toda força para demonstrar suas angústias pelo atual momento que passa o Alemão, mas também compartilhar os valores mais verdadeiros que o favelado carrega na essência.⁶

Ao associar “circulando” com termos como “vida”, “cultura” e “público”, o convite ressignifica a orientação metapragmática do jargão policial. Se controle da “comunicação” é o que está na base do Estado de Polícia, desde sua gestação no século XVI à abordagem sofrida por Mateus e à mediação da “pacificação”, os/as ativistas com quem tenho dialogado embarcam na luta “pela entextualização” (FABRÍCIO, 2014) e por regimes alternativos de “comunicação”: circulações pela vida e pela autenticidade dos valores de comunidades empobrecidas.

Essas formulações linguístico-ideológicas alternativas, no entanto, não são enunciadas sem conflito. No dia em que o evento foi realizado, a despeito da combinação prévia do movimento com o comando da UPP, viaturas ostentavam o controle policial a todo momento pela Avenida Central. Policiais empunhavam fuzis dentro de seus carros, e o bloqueio temporário do trânsito pelos/as participantes do evento era repreendido com sinais emitidos pelas sirenes das viaturas, denunciando o incômodo da instituição policial com o ócio e com a alegria de moradores/as e ativistas se divertindo na rua. Naquele dia, a paródia e a festa foram as principais formas empregadas pelos/as participantes para denunciar a violência de Estado e desfazer a metapragmática policial. A rua, um signo que se comodificou nas manifestações de junho de 2013 e assumiu conotações conservadoras nos recentes movimentos de direita do Brasil, foi reivindicada naquele sábado de dezembro como espaço público – um tipo de reapropriação pública de um bem tornado privado nas cidades brasileiras, o que já foi apontado por Caldeira (2012) em formas de letramento periférico, como o grafite e a pichação.

Se policiamento e ideologias de “comunicação” alimentam-se mutuamente, suas correlações são bem mais multiniveladas e laminadas do que nos faria crer a metapragmática linear e transparente invocada por setores da mídia e da administração da polícia. Naquele dia, a contestação, por ativistas e moradores/as, dos sentidos hegemônicos de “circulando” – epítome da ideologia linguística modernista da “pacificação” – tornou sinuosa, mesmo que temporariamente, a trajetória linear de “comunicação” e adesão do jargão policial e de sua circulação nos circuitos hegemônicos da cidade. A festa na rua implicou

a interrupção do trânsito da Avenida Central que a polícia insistia em controlar. Fingindo-se de mortos no chão ou dançando ao som da Orquestra Voadora, os/as participantes do Circulando dificultavam festivamente a passagem de carros, incluindo as viaturas policiais. Tratava-se da reivindicação da rua como espaço de confraternização e encontro público — uma ressignificação provisória (como qualquer outra) da expressão de interesses privados no espaço público brasileiro, como seu abandono para fins de investimento em condomínios fechados (CALDEIRA, 2000).

Para encerrar esta reflexão, invoco o depoimento que a antropóloga Adriana Facina postou em sua página no *Facebook* dois dias após o evento.

Dois flashes do Circulando no Complexo do Alemão. Flash 1: Orquestra Voadora empolgando a galera na ladeira, passa uma das viaturas que toda hora atrapalhavam a festa abrindo alas na multidão. Um policial batuca na lataria, acompanhando a música. Flash 2: o rock rolando solto no palco. Passa a viatura e um policial dedilha uma guitarra imaginária em seu fuzil. É a festa na rua mostrando que nem tudo está perdido. Que esse estado de coisas tem jeito. Menos polícia e mais festa.

Em tempos de “pacificação”, desvendar os meandros da linguagem na resistência – como a pragmática do humor e da paródia – parece ser tão premente quanto entender o regime de “comunicação” e verdade do policiamento das periferias do Rio de Janeiro e além.

COMMUNICATING POLICE “PACIFICATION” AND VIOLENCE

ABSTRACT

This paper inquires into a yet unquestioned aspect in the debate on police “pacification” of favelas in Rio de Janeiro, namely ideologies of “communication”. It argues that rationalizations on “communication” walk hand in hand with imaginations on violence, policed subjects, and their political viability. My hypothesis is that lay rationalizations on the workings of language participate in the construction of regimes of truth on the policing of peripheries, in the demarcation of publics and in the production of sociolinguistic

hierarchies, in which groups are positioned as essentially destined to protection and viability and others as naturally bound to marginality and crime.

KEYWORDS: language ideologies, policing, police “pacification”, “communication”, metapragmatics.

COMUNICANDO LA “PACIFICACIÓN” Y LA VIOLENCIA

RESUMEN

Este artículo indaga un aspecto todavía no problematizado en el debate sobre el reciente proceso de “pacificación” de chabolas en Río de Janeiro: las ideologías sobre la “comunicación”. El trabajo busca delinear cómo las racionalizaciones sobre la “comunicación” acompañan imaginaciones sobre violencia, los sujetos vigilados y su viabilidad política. Mi hipótesis es que las racionalizaciones legas sobre el funcionamiento del lenguaje participan en la construcción de regímenes de verdad sobre la acción policial en las periferias, de la demarcación de públicos y de la producción de jerarquizaciones sociolingüísticas, en las que algunos grupos son situados como esencialmente destinados a la protección y a la viabilidad, y otros como inclinados a la marginalidad y el crimen.

PALABRAS-CLAVE: ideologías lingüísticas, control policial, “pacificación”, “comunicación”, meta-pragmática.

5. NOTAS

- 1 Este artigo faz parte do projeto “Mapeamento da produção cultural e das práticas de letramento em três favelas do Complexo do Alemão, RJ”, coordenado por Adriana Facina (Museu Nacional/UFRJ). Financiado pela Faperj (Proc. 100.110/2012), o projeto conta ainda com a participação de Adriana Carvalho Lopes (UFRRJ) e Bruno Coutinho (IESP/UERJ). Este time interdisciplinar busca dialogar com lideranças e moradores do Complexo do Alemão e, juntamente com eles, entender os regimes de circulação de pessoas e palavras gerados pela presença militar do Estado no território e por investimentos em infraestrutura na cidade do Rio de Janeiro. Gostaria de agradecer à equipe de pesquisa e às/aos duas/dois pareceristas anônimas/os de Signótica pela leitura sofisticada, sugestões e críticas, as

quais acolhi em minha re-submissão. As falhas que tenham permanecido são de minha inteira responsabilidade

- 2 Cf. Freud (1930); Caldeira (2000); Nancy (2005); Silva (2012).
- 3 Cf. Austin (1962); Verschueren (1999); Rajagopalan (2010).
- 4 Cf. Borges et al. (2012); Rodrigues e Siqueira (2012); Malaguti (2012); Carvalho (2012); Willis e Prado (2014).
- 5 Embora a noção de ideologia linguística já tenha mais de 30 anos na literatura linguística e antropológica (Cf. SILVERSTEIN, 1979), o paradigma de análise da significação que considera também as racionalizações dos/as falantes sobre a forma linguística adquiriu corpo com no fim da década de 1990, com a publicação de Schieffelin et al., 1998. No Brasil, a primeira coletânea de textos sobre tema é de Moita Lopes, 2014.
- 6 Disponível em: <<https://www.facebook.com/raizesemmovimento/?fref=nf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

6. REFERÊNCIAS

ASAD, Talal. Reflections on blasphemy and secular criticism. In: VRIES, H. de. (Ed.) *Religion: beyond a concept*. Fordham: FUP, 2008. p. 580-609.

AUSTIN, John. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BARREIRA, Marcos. Cidade Olímpica: Sobre o nexos entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro (Org.). *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p.129-168.

BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles. *Voices of modernity: language ideologies and the politics of inequality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BELTRAME, José M. *Todo dia é segunda-feira*. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

BLOMMAERT, Jan. Language ideology. In: BROWN, Keith. (Ed.). *Encyclopedia of Language & Linguistics*. 2. ed. Oxford: Elsevier, 2006. p. 510-522. (Volume 6).

_____. Ideologias linguísticas e poder. In: SILVA, Daniel et al. (Org.). *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 67-77.

BLOOMFIELD, Leonard . Secondary and Tertiary Responses to Language. *Language* 20, p. 45-55, 1944.

BOAS, Franz. Introduction to Handbook of American Indian Languages. In: _____ (Org.). *Bulletin of the Bureau of American Ethnology* 4, part 1:1-83. Washington: Government Printing Office, 1911.

BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo; CANO, Ignacio (Org.). *Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2012.

BOTELHO, Maurilio. Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro (Org.). *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p.169-214.

BRIGGS, Charles. Mediating infanticide: theorizing relations between narrative and violence. *Cultural Anthropology*, v. 22, n. 3, p. 315-356, 2007a.

_____. Anthropology, interviewing, and communicability in contemporary social life. *Current Anthropology*, v. 48, n. 4, p. 551-580, 2007b.

_____. On virtual epidemics and the mediatization of public health. *Language & Communication* 31, p. 217-228, 2011.

BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. London: Routledge, 1997.

CALDEIRA, Teresa. *City of walls: crime, segregation, and citizenship in São Paulo*. Berkeley: University of California Press, 2000.

_____. Imprinting and moving around: new visibilities and configurations of public space in São Paulo, *Public Culture*, v. 24, n. 2, p. 385-419, 2012.

CARVALHO, Monique. A experiência da pacificação em um conjunto de favelas na Tijuca: rupturas e contradições na gestão da ordem pública. *Comunicações do ISEER*, v. 67, p. 172-193, 2012.

COSTA, Célia; GOULART, Gustavo. Proibição de pagode provoca polêmica na Rocinha Pacificada. *O Globo*, 22/09/2012. Disponível em:< <http://oglobo.globo.com/rio/proibicao-de-pagode-provoca-polemica-na-rocinha-pacificada-6169328>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

DUARTE, Mário. *Liberdade para o Alemão*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2012.

FABRÍCIO, Branca. Transcontextos educacionais: gêneros e sexualidades em trajetórias de socialização na escola. In: SILVA, Daniel et al. (Org.). *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 145-189.

FOUCAULT, Michel. *Security, territory, population*. New York: Palgrave, 1978.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREUD, Sigmund (1930). *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GALDEANO, Ana Paula. *Para falar em nome da segurança: o que pensam, querem e fazem os representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança*. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, São Paulo, 2009.

GONDIM, João et al. Ocupação da Mangueira fecha cinturão em torno do Maracanã; Maré é desafio. *O Globo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/ocupacao-da-mangueira-fecha-cinturao-em-torno-do-maracana-mare-desafio-2873566#ixzz34GMcAIGk>>. Acesso em: 10 maio 2015.

LEITÃO, Miriam. Prefácio. In: BELTRAME, José Mariano. *Todo dia é segunda-feira*. Rio de Janeiro: Sextante, 2014. p. 9-14.

LEVINSON, Stephen. *Presumptive meanings*. Cambridge: The MIT Press, 2000.

LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

LO-BIANCO, Alessandro PMs de UPPs vão dar palestras sobre experiência em mediação de conflitos em favelas. *O Globo*, 24/11/2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/pms-de-upps-vaio-dar-palestras-sobre-experiencia-em-mediacao-de-conflitos-em-favelas-14650134>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

LOCKE, John (1689). *An essay concerning human understanding*. Oxford: Oxford University Press, 1975.

MALAGUTI, Vera. O Alemão é muito mais complexo. *Revista Justiça e Sistema Criminal*, v. 3, n. 5, p.103-125, 2012.

MESQUITA NETO, Paulo. *Ensaio sobre segurança cidadã*. São Paulo: Quartier Latin/Fapesp, 2011.

MISSE, Michel. Dizer a violência. *Revista Katálysis*, v. 11, n. 2, p. 165-166, 2006.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola.

NANCY, Jean-Luc. *The ground of the image*. New York: Fordham, 2005.

NERI, Marcelo. *UPP e a economia da Rocinha e do Alemão: do choque de ordem ao de progresso*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *A nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola, 2010.

REIS, Pamela. *O efeito UPP*. Disponível em: <<http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/127/artigo282612-1.aspx>>. Acesso em: 12 maio 2015.

RIO DE JANEIRO (2009) *Decreto 41.650 de 21 de janeiro de 2009*. Atos do Poder Executivo, Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://solatelite.com/cfap/html6/decreto41650_21-01-2009.html>. Acesso em: 10 ago. 2014.

RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza. As Unidades de Polícia Pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro. *Comunicações do ISER* 67, p. 9-52, 2012.

SIGNORINI, I. Por uma teoria da desregulamentação linguística. In: BAGNO, M. (Org.). *A linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 93-123.

SILVA, Daniel. *Nordestinos e nordestinas na mídia: um estudo sobre a violência na linguagem e a construção de identidades*. Projeto (Doutorado financiado pela Fapesp) – Instituto de Estudos da Linguagem, Departamento de Linguística. Campinas, Unicamp, 2005.

_____. Dilma eleita pelos nordestinos? Sobre a circulação de atos de fala violentos. *Linguagem em Foco*, v. 2, n. 2, p. 29-37, 2010.

_____. *Pragmática da violência: o Nordeste na mídia brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2012.

_____. The Circulation of Violence in Discourse, *Tilburg Papers in Culture Studies*. 109, p. 1-18, 2014.

SILVA, Daniel; ALENCAR, Claudiana. A propósito da violência na linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 55, p. 129-146, 2013.

SILVA, Daniel et al. Complex Territories, Complex Circulations: The “Pacification” of the Complexo do Alemão in Rio de Janeiro. *Pragmatics & Society*, v. 6, n. 2, p. 175-196, 2015.

SILVERSTEIN, Michael. Language structure and linguistic ideology. In: CLYNE, Paul et al. (Org.). *The elements: a parasection on linguistic units and levels*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979. p.193-247.

_____. Pragmatic indexing. In: BROWN, Keith. (Ed.) *Encyclopaedia of Language and Linguistics*, 2. ed, Oxford: Elsevier, 2006. p. 14-17. (Volume 6).

TADDEI, Renzo. The invention of violence. In: SILVA, Daniel (Org.) *Language and violence: pragmatic perspectives*. Amsterdam: John Benjamins. No prelo.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

VERSCHUEREN, Jef. *Understanding Pragmatics*. London: Edward Arnold, 1999.

WILLIS, Graham; PRADO, Mariana. Process and pattern in institutional reforms: a case study of the Police Pacifying Units (UPPs) in Brazil. *World Development*, v. 64, p. 232-242, 2014.

WOOLARD, Kathryn. Introduction: Language ideology as a field of inquiry. In: SHCHIEFFELIN, Bambi et al. (Org.). *Language ideologies: practice and theory*. New York: Oxford University Press, 1998. p. 3-47.

Submetido em 25 de maio de 2015.

Aceito em 26 de maio de 2016.

Publicado em 23 de novembro de 2016.
